



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1001414-11.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Multas e demais Sanções**  
 Impetrante: **Rubens Heck Filho**  
 Impetrado: **Diretora da 26ª Ciretran de São Carlos e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **Rubens Heck Filho** contra ato da **Diretora Técnica da 26ª Ciretran de São Carlos**.

Aduz o impetrante que é proprietário de um veículo automotor Kia Soul Ex. 1.6, placa FWZ0002, ano 2011, modelo 2012, chassi KNAJT814AC7320740 e que, após a sua aquisição, no ano de 2013, passou a receber em sua residência multas de trânsito de infrações cometidas na Cidade de São Paulo, embora nunca tenha realizado viagens a esse Município em razão de trabalhar de segunda à sábado, em horário comercial. Afirma ter procurado a CIRETRAN, ocasião em que foi orientado a apresentar recurso das infrações que lhe foram impostas, sendo que em virtude do recebimento de diversas outras multas de trânsito, também cometidas na capital paulista, solicitou a troca de placas do veículo, ante a suspeita de dublê, contudo, mesmo após ter tomado todas essas providências, foi instado ao pagamento das multas a fim de poder licenciar o seu veículo. Acompanham a inicial os documentos de fls. 7/20.

Liminar concedida às fls. 21/22.

Notificada, a autoridade coatora deixou o prazo de manifestação transcorrer "in albis", conforme faz prova a certidão de fl. 37.

O Ministério Público opinou por sua não intervenção no feito (fls. 41/42).

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E A DECIDIR.**

A segurança deve ser concedida. No presente caso, discute-se a exigibilidade de débitos provenientes de multa para a concessão de licenciamento veicular. O impetrante alega que a necessidade de comprovação de quitação das multas para considerar o veículo licenciado sem que tenha existido o trânsito em julgado de recurso administrativo é ilegal por ferir os princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

Apesar de o §2º do art. 131 do CTB dispor que: “O veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas”, a não concessão de licenciamento veicular em função de cobrança de multas, ainda em sede recursal, não está de acordo com os princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

A Constituição, como instrumento no qual de todas as demais normas do sistema jurídico retiram sua validade, impõe total observância ao que disciplina.

Nestes termos:

Art. 5º (...)

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

A respeito do tema, já se pronunciou o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*MANDADO DE SEGURANÇA Licenciamento de veículo Multa de trânsito Recurso administrativo pendente de julgamento Não se pode condicionar o licenciamento ao pagamento de multa sem que a Administração tenha garantido o direito ao devido processo legal Recurso provido. (Apelação nº 3004522-56.2013.8.26.0586, 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo).*

Ademais, os documentos que acompanham a inicial sinalizam que o veículo do impetrante possivelmente foi objeto de clonagem, não se justificando a atribuição a ele das multas que estão sendo questionadas em sede de recurso administrativo, o que inviabiliza o licenciamento de seu automóvel, se não houver a quitação delas.

Insta registrar que o licenciamento de um veículo é ato administrativo e deverá ser realizado anualmente para fins de regularização, nos moldes do disposto no artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro.

Patente, portanto, a ilegalidade e evidente o direito líquido e certo do impetrante, pois é direito dele licenciar o seu veículo, independente do pagamento de multas, enquanto pendente recurso na esfera administrativa.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a** segurança, para convalidar a liminar e, assim, determinar o licenciamento do veículo, independente do pagamento de multas, até o término do procedimento administrativo.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

**P. I.**

São Carlos, 20 de janeiro de 2017.